

## Especial Greve 2015

**Unidade dos docentes em greve fortaleceu a defesa das IFE, pág. 2**

**Reitor Júlio Chebli afirma que situação já era deficitária na projeção para 2015, pág. 4**

**Greve criou espaço de reivindicação e resistência no IF Sudeste MG, pág 8**



**CAMPANHA  
ABRE AS CONTAS  
REITOR**

**Docentes  
pediram vistas  
na prestação  
de contas  
da FADEPE,  
pág. 5**

**Pró Reitoria  
de Obras  
aponta que  
Expansão  
da UFJF  
foi mal  
planejada,  
pág. 3**

**Na PROGRAD,  
cortes atingiram  
bolsas  
principalmente,  
pág. 7**

**Proquali  
foi principal  
vítima dos cortes  
na PRORH, pág. 6**

### Linha do tempo da greve

28/05	26/05	29/05	15/06	17/06	18/06	19/06	24/06
INÍCIO DA GREVE NACIONAL NAS IFE	ASSEMBLEIA DOCENTE EM JF VOTA CONTRA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE	DIA DE PARALISAÇÃO NA UFJF E NO IF SUDESTE MG	AUDIÊNCIA COM REITOR DA UFJF	INSTAURADO COMITÊ EM DEFESA DA UFJF E DO IF SUDESTE MG	ASSEMBLEIA DA APES	AUDIÊNCIA COM REITOR DO IF SUDESTE MG	ASSEMBLEIA DA APES





## Editorial

Os professores e as professoras das Instituições Federais de Ensino de todo país fizeram greve por mais de quatro meses atendendo o clamor da comunidade universitária. Juntamente com os professores, vários segmentos dos Servidores Públicos Federais - SPF também realizaram movimentos parciais por uma pauta unificada e por reivindicações específicas. A universidade pública esteve à beira do caos completo, sem recursos para custeio e apresentou risco iminente de paralisação.

Diante do quadro catastrófico, os professores foram à luta em defesa de um projeto de educação pública conjugado com os interesses da maioria dos brasileiros por uma nova concepção de sociedade humana e fraterna, longe dos interesses meramente utilitários, da avaliação puramente quantitativa e produtivista, do consumismo e do individualismo, ao gosto do mercado e dos ganhos imediatos do capital.

A greve se estendeu, não porque quissem os docentes. Outras categorias de Servidores Públicos Federais também estavam em greve com pauta de reivindicações específica e questionando o modelo desastroso de serviço público brasileiro em que as relações de trabalho são regidas pelo governo que se porta como suserano diante de vassallos - os servidores públicos. Assim procedendo, as greves se estendem porque não há acordo coletivo de trabalho para os SPF, ficando o governo à espera do esgotamento dos movimentos grevistas de servidores públicos, sem negociar ou agir de maneira mais responsável. E a sociedade fica com a sensação de estar sendo iludida: longa greve, atraso na vida. Só isso é que restou. E a culpa é do servidor público! Nada mais equivocado e mais conveniente aos interesses liberais.

Vivemos de forma cada vez mais acentuada, uma disputa de projetos diferentes na sociedade brasileira. Essa disputa se faz necessária se queremos avançar na perspectiva da construção democrática da hegemonia do trabalho e do trabalhador em uma nova cultura de relações sociais, livres dos abusos e das deformações que nos são impostos pelo estágio do capital. É preciso assumir que não nos é dado assistir como expectadores a esses embates. Temos que agir.

O que conseguimos com a greve?

O Movimento Docente saiu do estado aparente de letargia em que se encontrava. O chamado da sociedade e da comunidade universitária mais especificamente foi tão evidente que não houve como impedir a eclosão do movimento. A

comunidade universitária, reitores e até órgãos públicos reconheceram a penúria das universidades públicas, com o agravante de que a transferência de recursos para a iniciativa privada permaneceu quase inalterada.

Nunca antes, ficou tão evidente a defesa da universidade pública e gratuita do seu papel e significado no processo de reorganização democrática do país. A crise político social evidenciou a destinação absurda dos recursos (mais de 60% do PIB e cerca de 47% do Orçamento) para o pagamento dos juros dívida pública. Nunca se salientou tanto como agora a política equivocada do governo de que é exemplo a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH a qual em nome do melhor gerenciamento de recursos, seccionou os Hospitais das Universidades Públicas Federais, aviltou a autonomia universitária e continuou a política nefasta de desconsideração com a universidade pública e gratuita de qualidade socialmente referenciada.

A greve salientou para os próprios professores as armadilhas criadas pelo governo para a carreira em vigor desde 2012. Depois de acabar de liquidar a carreira do PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de 1987, deformada pela ação do próprio governo, este manteve a separação entre a nova carreira do ensino superior e do EBTT, contrariando a idéia de uma "carreira única" preconizada pelo movimento docente. Plena de anomalias, desestimulante para os docentes que entram na universidade, deformada quanto aos parâmetros de progressão, ilógica quanto aos aspectos financeiros, a nova carreira continuará centralizando os esforços dos docentes para que a sua estrutura corresponda à realização dos docentes conjugadamente com o avanço do papel social da instituição pública. Os docentes tomaram consciência de que a carreira é peça fundamental para a manutenção da universidade, parte da espinha dorsal que a sustenta.

Autonomia: ficou mais saliente que esse é um requisito básico para o exercício do seu papel de Universitas. A universidade como massa de manobra do governo de plantão resulta num acúmulo de medidas inconsequentes que não resolvem os problemas básicos da educação no Brasil. Cabe à sociedade coibir a utilização da universidade bem como de outros bens públicos pelos interesses que quem está no poder. O Estado tem que coincidir com os interesses da sociedade e impedir a sua privatização aberta ou camuflada nas formas de aqodamento do governo em relação aos interesses democráticos de toda a população. Ao Estado cabe sustentar a educação pública e gratuita em todos os níveis; e ela cabe a prestação de serviços, ajudar a pensar o país,

oferecer massa crítica à população e, por fim, prestar contas à sociedade e ser avaliada de acordo com critérios qualitativos.

Os perigos iminentes: A UFJF e o IF Sudeste MG voltaram às aulas, mas os recursos continuam escassos para bolsas, para custeio e para a conclusão de obras paralisadas. Além disso, permanecem constantes as ameaças que pairam sobre as instituições públicas. As propostas em curso no Congresso Nacional atendem ao poderoso lobby das instituições particulares de ensino e dos interesses financeiros e privatistas, nacionais e internacionais. Está em jogo o caráter público da educação e da ciência e tecnologia no Brasil.

Dois Projetos de Lei (PL) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estão no centro das críticas dos docentes federais. O PLC 77/2015 visa ampliar a consolidação das Parcerias Público-Privadas na área de Ciência e Tecnologia. O fundo público pode ser investido diretamente em empresas nacionais e estrangeiras que realizem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Já o PL 4643/12 possibilita investimentos da iniciativa privada, de pessoa física e jurídica, nas instituições federais de ensino públicas. Por fim, a PEC 395/14 permitirá a cobrança de taxas para os cursos de extensão, especialização e mestrado profissional, pondo fim ao princípio constitucional da gratuidade da educação nas instituições públicas e criando mais uma janela para a duplicação de ganhos com distorções ainda maiores para a carreira.

Só nos resta continuar o enfrentamento. Por isso, já está marcado o dia 17 de novembro como Dia Nacional de Luta em prol do caráter público da universidade. No mais é continuar batalhando em nível local e nacional, pela democratização e transparência do uso de recursos na universidade, contra todas as formas, sub-reptícias ou não de privatização e a favor de um projeto de universidade de amplitude nacional conjugado com as necessidades básicas de todos os brasileiros e brasileiras. Fique claro, a situação de penúria em que foi colocada a universidade permanece. Por isso, os professores e professoras continuam alertas.

O que é certo é que não negligenciaremos nosso papel na defesa intransigente das Instituições Federais de Ensino públicas e gratuitas em toda a sua plenitude, comprometidos tão somente com os brasileiros que sustentam a universidade com seu trabalho, com o acúmulo cultural que faz do nosso povo também um criador do saber reconhecido pela universidade. Lutamos por esse encontro de águas!



# “Expansão da UFJF foi mal planejada”

No dia 14/09, o Comando Local de Greve da APES se reuniu com o Pró-Reitor de Obras, Sustentabilidade e Sistemas de Informação da UFJF, Prof. Rubens Oliveira, na sede do sindicato. Questionado sobre a falta de transparência e democracia interna nos processos que levaram à realização de obras na UFJF – muitas das quais hoje paralisadas – e sobre o elevado número de projetos licitados com problemas técnicos, aditivos a contratos, entre outros pontos, o Pró-Reitor afirmou que a expansão da UFJF foi mal planejada, o que levou a uma perda expressiva de recursos que ainda se estenderá por um bom

tempo.

O Prof. Rubens admitiu que diversas obras foram decididas de modo centralizado pela administração da UFJF, sem consulta aos colegiados.

As obras realizadas e em andamento, como o Jardim Botânico (com o teleférico e o tremô, encomendados da Suíça), o Planetário, o Jardim Sensorial, entre outras, geram aumento da demanda de recursos para custeio.

Será necessário portanto rever o custeio de toda a UFJF. Para o Pró-reitor, faz-se necessária a mudança no modo de tomada de decisões na UFJF.

## Sem perspectiva para campus avançado

Quando à construção do campus de Governador Valadares, não há perspectiva orçamentária para 2016 e nem no plano plurianual.

O Pró-reitor informou, ainda, que grande parte do campus, como por exemplo, o bloco central

que abriga a biblioteca, não foi licitado.

Mesmo com as obras paralisadas, fez-se necessária a contratação de uma empresa para a fiscalização da área, ao custo mensal de R\$ 50 mil, pois nenhum servidor do quadro se dispôs a desenvolver tal atividade.

## Projetos tiveram que ser reformulados

O Prof. Rubens Oliveira afirmou que, ao assumir a Pró-reitoria de Obras, Sustentabilidade e Sistemas de Informação (PROSSI), tomou conhecimento de que diversos projetos já licitados apresentavam problemas graves, que impediam a execução das obras. Tal fato levou a uma série de aditivos e à necessidade de reformulação dos projetos. A quase totalidade dos projetos foi elaborada por empresas contratadas, e não pela equipe de técnicos da UFJF, que não teria participado nem mesmo da revisão destes.

Segundo o Pró-Reitor, esta situação gerou, além de problemas técnicos, um quadro de enorme desconforto e desmotivação na instituição. A contratação de empresas para elaboração dos projetos fez-se necessária porque a UFJF não teria condições de responder em tempo hábil à demanda, suscitada pelo grande volume de recursos captados na época. O Pró-Reitor não soube precisar os custos desses serviços externos e nem o valor total de recursos aplicados para este fim, mas disse que acredita que os projetos foram, provavelmente, pagos pela FADEPE, a quem deveriam ser dirigidos tais questionamentos. Os erros constatados nos diversos projetos já licitados foram ocasionados por problemas de planejamento. Um único engenheiro, não pertencente aos quadros da UFJF, foi contratado para reformular todos os projetos que apresentaram problemas.

Sobre as diversas obras cujas execuções foram interrompidas (veja na quadro ao lado), o Pró-Reitor informou que as decisões tomadas neste sentido foram de caráter técnico, admitindo que não houve ampliação de diálogo com a comunidade acadêmica. Segundo ele, a situação demandou a centralização das decisões, dada a escassez de tempo para maiores discussões.

Obra	Situação	Problemas	Projetos
Fac. de Educação Física, Fac. de Comunicação e Central de Monitoramento	Em andamento.	Existe um montante em torno de 5 milhões liquidados e não pagos, em função da falta de recursos financeiro do MEC, portanto haverá interrupção de parte das obras.	Corretos.
Colégio de Aplicação João XXIII	Licitada, mas não foi iniciada.	Devido a problemas graves de projeto, houve atraso no cronograma da obra e no final de 2014 teve orçamento reduzido em 5 milhões de reais, que foram transferidos para outra obra no final do ano fiscal. A retomada da obra depende da reposição do capital necessário no ano de 2016.	Apresentou graves problemas, demandando a reformulação.
Hospital Universitário	Interrompida	A empresa executora não recebeu pagamento de qualquer nota no ano de 2015. A obra não tem nem 50% de liquidação e não há recursos financeiros para quitar as notas de 2015 e tampouco para dar continuidade.	Correto.
Faculdade de Fisioterapia	Em andamento, embora com atrasos.	A obra ficou paralisada devido a graves problemas de projeto, tais como a falta de autorização de aditivos.	Com problemas grave, como a não previsão de elevadores e de instalações de esgoto.
Campus de Governador Valadares	Interrompida	Foram despendidos até o momento cerca de 60 milhões de reais em obras de terraplanagem da área reservada para a construção do campus. Esgotados os recursos orçamentários, faz-se necessário com urgência um termo aditivo para a realização de obras de infraestrutura, sob pena de se perder o aporte inicial investido devido à erosão.	O projeto original é ineficaz e demandaria hoje cerca de 400 milhões de reais. É necessária a elaboração de um novo projeto, adequado à realidade orçamentária da UFJF.
Cine-Teatro Central	Em fase de finalização	Aguarda-se a autorização de um aditivo para resolver problemas de infiltração.	Corretos
Jardim Botânico	Em andamento	O Pró-Reitor defende que se finaliza apenas a parte física que permita a abertura do Museu, desconsiderando as etapas necessárias para instalação do teleférico e do tremô da montanha.	Corretos
Laboratório de Zoologia	Em andamento		Corretos
Reforma do Instituto de Ciências Biológicas	Não foi licitada	O Pró-Reitor sustenta a necessidade de garantir a reforma com recursos de 2015, para evitar prejuízos acadêmicos	
Faculdade de Educação	Paralisada	A empresa contratada cuidou da primeira etapa da obra. Não houve repasse de recursos, devido à paralisação da obra. Os entulhos da demolição não foram removidos, o que seria de responsabilidade da empresa contratada.	
Moradia Estudantil	Paralisada		Problemas de elaboração.

02/07	08/07	28/07	04/08	05/08	06/08	07/08
ASSEMBLEIA AFROVA INDICATIVO DE GREVE	AUDIÊNCIA COM DIRETOR DO CAMPUS JF IF SUDESTE MG	CONSUL DA UFJF SUSPENDE CALENDÁRIO ACADÊMICO	ASSEMBLEIA GERAL DEFLAGRA GREVE	REUNIÃO AMPLIADA DOS DOCENTES DO IF SUDESTE MG. CAMPUS JUIZ DE FORA	ASSEMBLEIA DISCENTE DO IF SUDESTE MG DE JUIZ DE FORA VOTA SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO	SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO LETIVO DO IF SUDESTE MG CAMPUS JUIZ DE FORA

10/08	11/08	11/08	12/08	12/08	12/08	14/08	17/08
INSTAURAÇÃO DO CLG	PARTICIPAÇÃO DO CLG EM MANIFESTAÇÃO DOS SFF EM SÃO JOÃO DEL REI.	REUNIÃO DO COMITÊ EM DEFESA DO IF SUDESTE MG.	PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA DO SINTUFEJUF	VISITA AO CAMPUS SANTOS DUMONT DO IF SUDESTE MG.	CARTA AOS DOCENTES. AD PRÓ-REITOR ZANINI	PRIMEIRO OFÍCIO DO PRÓ-REITOR	2ª REUNIÃO DO MOVIMENTO EM DEFESA DO IF SUDESTE MG



## Reitor afirma que deficit já estava na projeção para 2015

No dia 02/09, o Comando Local de Greve da APES esteve reunido em audiência com o Reitor da UFJF, professor Júlio Chebli, dentro da campanha nacional do ANDES “Abre as Contas Reitor”. Os docentes entregaram a Pauta Local de Reivindicações e a Sabatina da Transparência, uma série de questões sobre a situação orçamentária frente aos cortes e sobre a manutenção da UFJF.

O Reitor informou que a previsão orçamentária com a qual a UFJF trabalhou para 2015 já era deficitária em aproximadamente R\$ 40 milhões. Neste contexto, disse que todas as instituições



Docentes em audiência com Reitor da UFJF

efetivamente chegaram para a UFJF, o reitor disse que a Administração Superior optou por empregá-los em processos já em andamento, como editais e bolsas já lançados em 2014, somando aproximadamente 70% da quantia disponível. Quanto ao orçamento para 2016, o reitor foi categórico ao afirmar que a previsão orçamentária será real, portanto a UFJF terá que se adaptar ao ajuste real. Informou que haverá recursos para o apoio estudantil e para Governador Valadares em rubrica própria. Sobre as obras, o reitor declarou que sua administração, por obrigações legais, se empenhará em finalizar aquelas que tenham no mínimo 70% já executadas e pretende priorizar aquelas que sejam de cunho acadêmico.

### Moradia estudantil está condicionada a novos recursos

Durante a audiência com o Reitor da UFJF, representantes do CLG solicitaram os documentos relativos ao orçamento e execução orçamentária que contêm as informações que foram apresentadas e discutidas na reunião, bem como, os que registram as decisões tomadas frente à crise institucional.

O reitor então esclareceu que primeiramente apresentará as documentações ao CONSU, inclusive o orçamento de 2016 e assim serão tornadas públicas para a comunidade universitária. Sobre as demais questões, o reitor indicou que determinadas respostas demandam esclarecimentos mais detalhados, sendo necessária a presença dos pró-reitores de Obras, Sustentabilidade e Sistemas de Informação e o de

Planejamento Orçamento e Gestão, ao que de pronto o comando demandou a realização de reunião com os referidos pró-reitores e informou que oficializará a solicitação.

#### Moradia estudantil

Sobre a questão da moradia estudantil, informou que há uma comissão formada no Conselho Superior encarregada dos encaminhamentos e que em relação a construção dos três novos blocos, está condicionada à existência de recursos.

Sobre o apoio estudantil, indicou que é possível avaliar a possibilidade de adotar a avaliação socioeconômica realizada junto aos cotistas no momento de ingresso na Universidade, para a definição da implementação da Política de apoio estudantil.

## CLG pediu vistas ao processo das contas da FADEPE

Compreendido no movimento de “Abre as Contas Reitor”, o Comando Local de Greve da APES, em 31/08, durante reunião do Conselho Superior (CONSU), requereu vistas ao processo de prestação de contas do exercício de 2014 da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE.

O CLG designou um grupo de trabalho para analisar o processo, e dessa análise resultou um documento no qual foram apresentadas seis solicitações de esclarecimentos e vinte recomendações, encaminhadas a Administração Superior da UFJF para ser respondido pela direção da FADEPE. Em 10/09, a FADEPE encaminhou resposta ao pedido de esclarecimentos e recomendações, sendo que as recomendações gerais e específicas, totalizando treze itens, foram todas atendidas.

Em relação aos pontos críticos, quatro itens não foram atendidos, a saber: - Não foi esclarecido o fato da aplicação de recursos em 2014 ter sido de R\$ 108.631.966, sendo que R\$ 89.682.934 são repasses do ano de 2014 referentes a projetos de vários anos (desde 2009). A origem (projetos e anos) da diferença de R\$ 18.949.032 não foi especificada.

- Foi recomendado a especificação dos outros órgãos constantes na página 13 tabela 1, que representam um valor significativo (R\$ 1.586.717), e no entanto a resposta apresenta os projetos sem identificação do órgão financiador;

- O apoio à Administração Central e Unidades Acadêmicas por meio de recursos FADEPE no montante de R\$ 3.765.401,37, foi questionado sobre os critérios utilizados para tais alocações de recursos e quais as instâncias deliberativas, bem como quais são os valores destinados a cada uma das unidades. Tais questionamentos permaneceram sem respostas;

Em relação aos esclarecimentos, dos seis itens questionados apenas dois foram atendidos.

As dúvidas ainda permanecem sobre as seguintes questões:

- Conforme os convênios listados na prestação de contas (anexo I – nº de ordem 481, 482, 483, 484) a UFJF - Administração Central, transferiu para a FADEPE um montante de R\$3.726.648,96 em 2014, e não foram detalhados a destinação dos recursos por projetos e bolsas;



Docentes reuniram-se em um seminário sobre Fundações de Apoio

- À FADEPE foi requerido esclarecimentos acerca do convênio com a UFJF, de nº 785.452/2013, no valor de R\$ 4.760.000, cujo objeto é o time de voleibol da UFJF, questionou-se se esse valor é um custo anual e em quais instâncias foram aprovados tais aportes. Na resposta informou apenas que o custo é bienal, no entanto não responde às instâncias de deliberação acerca de tal projeto;

- Ainda que a Auditoria externa tenha emitido, opinião sem ressalva, tendo em vista o uso adequado da técnica contábil, deve-se considerar que no mesmo relatório da auditoria foi dada ênfase ao fato de que no dia 20/09/13, a UFJF recebeu relatório da CGU, questionando a execução do projeto Voleibol, conforme Convênio 10/2011 – Projeto Voleibol 2011-2012 SICONV 760.440/2011, no valor de R\$ 4.183.776.

A Auditoria externa contratada pela FADEPE alertou, em seu parecer, para os riscos de pendências referentes ao projeto Voleibol, conforme Convênio 10/2011 – Projeto Voleibol 2011-2012 SICONV 760.440/2011 gerarem ou não ônus financeiros para a FADEPE considerando o relatório da CGU. A FADEPE foi questionada sobre o estágio dessas pendências e sobre a autorização da CGU para a continuação desse projeto. Em sua resposta, a FADEPE informa que o referido convênio está sob análise do TCU. Este fato causa estranheza à comunidade acadêmica, tendo em vista que até o momento do pedido de esclarecimentos tal informação não havia sido

publicizada. - A Auditoria Externa apresentou ressalvas relativas às contas de 2013, no que diz respeito às contas de “provisões trabalhistas”. A FADEPE foi questionada se mantém hoje saldo suficiente em suas contas de provisão para arcar com todos os passivos trabalhistas, a resposta menciona que “temos trabalhado na sua recomposição de forma a manter as provisões mais próximas da realidade possível e sem prejudicar a execução administrativo-financeira do projeto”, mas não informa montantes, sequer assegura a existência de tais recursos em montantes suficientes para suprir as provisões.

**Seminário** - O pedido de vistas resultou ainda em um seminário como atividade do CLG no dia 09/09 para discutir as Fundações de Apoio. A mesa, composta pela Professora Marina Barbosa (Fac.Serviço Social) o professor Marcos Freitas (Fac.Fisioterapia) e a professora Luciana Holtz (Fac.Adm.Ciencias Contábeis), apresentou um relato histórico sobre as fundações de Apoio a análise da prestação de contas da FADEPE.

Alertaram sobre a importância da comunidade acadêmica ficar atenta à relação UFJF – FADEPE compreendendo que envolve recursos públicos e que tais recursos devem possuir transparência em seus gastos.

Os documentos na íntegra podem ser acessados na página virtual da APES: www.apesjf.org.br.

18/08	19/08	21/08	21/08	24/08	24/08	25/08	26/08	26/08	26/08	28/08	02/09	03/09	03/09	04/09	09/09	09/09
ATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NOS ESTADOS	DEBATE NO CAMPUS JUÍZ DE FORA DO IF SUDESTE MG.	ASSEMBLEIA GERAL DA APES.	CARTA PROTOCOLADA NA REITORIA DA UFJF.	SEGUNDO OFÍCIO AO PRÓ REITOR ZANINI	INFORMAPES ABRE SÉRIE DE FOTOS DAS OBRAS EM ANDAMENTO NA UFJF	REUNIÃO DO CLG NO IF SUDESTE MG CAMPUS JUÍZ DE FORA	REUNIÃO COM DOCENTES DO CAMPUS MURIAÉ DO IF SUDESTE MG	DEBATE NO CAMPUS RIO POMBA DO IF SUDESTE MG.	GREVE NO CAMPUS SANTOS DUMONT DO IF SUDESTE MG	EXPRESSO DEFENSOR DA EDUCAÇÃO	AUDIÊNCIA COM REITOR JÚLIO CHEBLI	PEIDIDO DE VISTAS NAS CONTAS DA FADEPE	ATO VIGILIA REUNIÃO MEC E ANDES-SN	ASSEMBLEIA DOCENTE DE APOIO	DEBATE FUNDACIONES DE APOIO	REUNIÃO DE DOCENTES DO IF SUDESTE MG



# Proquali foi principal vítima dos cortes na PRORH

No dia 28/09, o Comando Local de Greve da APES participou da audiência com Gessilene Zigler Foine, Pró-Reitora de Recursos Humanos da UFJF. Gessilene explicou que o orçamento da PRORH é apenas a verba do PROQUALI, programa que foi afetado, mais significativamente, junto com as diárias. Disse que o pagamento de pessoal e os direitos de carreira não tiveram cortes do governo. O PROQUALI envolvia valores altos, além dos que a Pró-reitoria possuía, e se buscou dinheiro em todas as áreas. Em 2014, havia o dinheiro, mas a partir do momento em que se começou a reduzir: "Foi um pout pourri, um pouquinho de cada local. Eu não sei de onde se conseguia fazer um valor de R\$ 6 milhões. E hoje digo: Devo, pago quando puder". Dos R\$ 3 milhões para a verba do ano passado "já se gastaram dois milhões e duzentos para cobrir o PROQUALI e a Universidade tem que ser sustentada com esse valor, que é para bolsistas, etc".

A Pró Reitora disse que participou da criação do PROQUALI, teve que sair e não soube qual foi o referencial. Atualmente está resgatando, mas numa fase ruim: "Nada como ter muito dinheiro. Agora vou ter que dizer: "Não vou poder!". Segundo ela, "não estava fazendo planejamento! (...) Se tenho um período de vacas gordas, e você pode incluir o máximo de pessoas possível e você conta que aquilo lá vai continuar, porque o discurso sempre foi de que continuaria, ninguém contou para a gente que mais na frente ia ter uma crise (...) então todo mundo está dentro. O planejamento é tão mais rigoroso, quanto mais escassos são os recursos. Se você tem recursos que não são escassos, você não planeja com o mesmo rigor. E se não tem problemas com dinheiro e se o dinheiro vem mais solto, você não planeja".

Questionada se o quadro de Técnicos Administrativos em Educação (TAE) contemplou a expansão do REUNI, respondeu que o dimensionamento é uma tarefa difícil, que está criando um programa de dimensionamento, pensando em uma matriz, aproveitando a matriz MEC e,



Audiência com Pró Reitora, professora Gessilene Zigler

que tem uma comissão para montar uma proposta a ser apresentada ao Reitor. "Antes não tinha nada, era por demanda. O gestor vem e conversamos. A gente só pode repor os TAEs de nível E, D, alguns de nível C e a gente tem um número grande dos que estão se aposentando, de carreiras extintas como o A e B. Uns em extinção e outros só se consegue, se o MEC autorizar o concurso. "Não deu conta da expansão da Universidade. Mas adiantou muito. Se não tivesse tido o REUNI nosso déficit seria muito maior".

Sobre os terceirizados, a Pró-reitora destacou que "a única Universidade do REUNI que jogou mais dinheiro em pessoas do que em obras foi a UFJF" e completou, "pode não ter tido planejamento matemático perfeito, pode; mas ainda foi a Universidade que pensou nesse problema".

Em relação a quantos professores tem abono permanência na UFJF, a Pró-Reitora disse que calcula entre 15 a 20 % do quadro. Também afirmou: "todos os professores concursados tomaram posse, há no MEC uns 12 processos de concursos e que tem mais de 6 a 8 concursos que ficaram em aberto e vão ser refeitos". Esclareceu que aqueles que se aposentaram tem vaga correspondente e que as Universidades tem orçamentariamente autonomia, tanto para técnicos quanto para professores". Destacou que tem condições de manter o quadro, mas não

de ampliar.

O CLG informou que há vários relatos de assédio moral com docentes e tem se intensificado uma série de consultas ao advogado da APES, a Pró-reitora informou que estava montando uma estrutura, a greve dos TAEs esvaziou tudo, paralisou, pensavam uma palestra e uma cartilha.

Em relação à saúde dos servidores, a Pró-Reitora informou que a ANDIFES tinha criado um grupo, dentro do Fórum de Gestão de Pessoas, para tratar sobre a questão da saúde do Servidor, mas que em consulta com o MPOG observou que não há um quadro total, que não conseguem puxar todos os dados e que eles fizeram sim uma consulta, mas isso é sigiloso.

Sobre a questão da relação de trabalho e o espaço físico adequado para docentes e suas necessidades, tais como, cortinas, ventiladores, gabinetes reduzidos ou compartilhados com impossibilidade de orientar discentes, a Pró-reitora disse "existe previsão de fazer, mas não é fácil, há vários relatórios feitos e que tem que levar em consideração as questões do ambiente de trabalho relacionadas ao psicológico e ao social".

Em relação à contratação de docentes "pró-labore" a Pró-Reitora afirmou que não tem conhecimento e que deve acontecer diretamente nas Unidades, já sobre substitutos, em relação a cada Departamento, tem-se hoje até 20% do quadro de professores.

09/09	14/09	14/09	15/09	15/09	16/09	17/09	17/09
TERCEIRO OFÍCIO DO PRÓ-REITOR ZANINI	"ABRE AS CONTAS REITOR" AUDIÊNCIA COM PRÓ-REITORIA DE OBRAS	AUDIÊNCIA COM DIREÇÃO DO CAMPUS JUIZ DE FORA DO IF SUDESTE MG	ASSEMBLEIA DOGENTE	DEBATE NO CAMPUS SANTOS DUMONT DO IF SUDESTE MG	ATO EM DEFESA DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO	ABRE AS CONTAS REITOR" AUDIÊNCIA COM PROINFRA	QUARTO OFÍCIO DO PRÓ REITOR ZANINI

# Na PROGRAD, cortes atingiram bolsas principalmente

O impacto principal dos cortes orçamentários na Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) incidiu sobre as bolsas o que levou à necessidade de se rever a situação para redimensionar os recursos, levando o órgão a recorrer, sistematicamente, ao CONGRAD para debater todas as questões deste tipo. A informação é da própria PROGRAD que recebeu o Comando Local de Greve para uma audiência no dia 02/10. O encontro contou com a presença da Pró Reitora de Graduação, Profa. Ana Claudia Peters Salgado, com o Pró-Reitor Adjunto de Graduação, Fabiano César Tosetti Leal; o Secretário, Brunner Venâncio Lopes e a

Coordenadora de Estágios, Vilma Lúcia Pedro. A audiência fez parte da campanha nacional "Abre as Contas Reitor", promovida pelo ANDES, que tem como objetivo colaborar para a transparência nas ações institucionais. Durante a audiência foi apresentada a "Sabatina da Transparência" produzida pelo CLG da APES.

A Pró Reitora explicou que o Pró-Reitor Alexandre Zanini convocou uma reunião com todas as Pró-Reitorias que oferecem bolsas. Na ocasião, foi mostrado o orçamento pós-cortes, indicando a necessidade de ajustes, e os Pró Reitores ficaram livres para discutir entre si como

estes ocorreriam.

Houve apenas uma reunião com esta pauta e, desde então, os Pró-Reitores têm conversado para decidir sobre os cortes que são necessários.

Sobre a expansão do corpo docente da UFJF e sua relação com a demanda por bolsas, a Pró-reitora respondeu que serão estipulados critérios na revisão das resoluções por parte da comissão que foi eleita no CONGRAD, por não haver uniformidade de necessidades, considerando que, segundo a Pró-reitora: "é difícil criar critérios, mas são fundamentais. Se temos menos, vamos tentar atender o melhor possível".

## CNE informou que não haverá aumento de vagas

Em relação as vagas docentes da UFJF, a Pró-reitora informou que a orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE) é de que não haverá aumento de vagas docentes, cabendo às universidades buscar soluções criativas.

Na UFJF, a proposta do Coordenador das Licenciaturas é de criar atividades curriculares - do tipo seminários -

para atender a todos os cursos da UFJF e compensar o aumento da carga-horária sem a demanda de novos docentes.

Ressaltou o fato de a UFJF ter um déficit de 50 docentes e, embora saiba que esta demanda não será suprida, a PROGRAD cumpriu seu papel ao documentar a situação e informá-la à Reitoria e à PRORH. Em relação à contratação de

tutores para o EAD, informou que a legislação existente hoje não especifica os requisitos para tal - comentando, por exemplo, que não há obrigatoriedade da formação docente para se atuar como tutor.

Por fim, a Pró-reitora disse que não sabe aonde a crise orçamentária vai levar a UFJF, mas acredita na contribuição que tem a dar.

## PROINFRA reconhece necessidade de transparência

No dia 17/09, o Comando Local de Greve da APES esteve em audiência com o Pro Reitor de Infra Estrutura da UFJF José Carlos Simão Maluf, a Coordenadora de Manutenção e Pequenas Obras, Janezete Marques e o Coordenador de Eletricidade, Telefonia e Dados, Márcio de Souza. Durante o encontro, que foi motivado por uma campanha nacional do ANDES-SN em busca de transparência nas contas das Reitorias, O Pró-Reitor apontou o REUNI e a ansiedade em construir motivada pelo programa como gerador de problemas para a manutenção da infraestrutura da UFJF, enfatizando que este gerou impactos negativos ao se realizar sem o devido planejamento. Atualmente a Proinfra trabalha no planejamento interno de reestruturação das ações de manutenção, com preocupação significativa de enxugamento do orçamento da Pro-Reitoria. Afirmou ainda que foi contrário à expansão desconsiderada, considerando que a mesma gerou impactos significativamente equivocados para a área de manutenção.

Segundo as informações do Pro-Reitor, o quadro de profissionais da Proinfra hoje é composto por cerca de 10% de efetivos e 90% de terceirizados, com a tendência de chegar a 100%, dada a

aposentadoria dos efetivos e que o quadro com maioria de terceirizados é devido à extinção de cargos pelo Governo Federal. No entanto, desde 22 de julho de 2015, a Proinfra não conta com terceirizados, devido à rescisão do contrato anterior e à espera da assinatura de um novo termo. Estão sendo cumpridas apenas as ações de manutenção, porém muito precariamente. Contam hoje com um electricista, dois bombeiros e dois jardineiros, para atender a toda a demanda da Proinfra. A informação é de que a Proinfra conta com a "boa vontade" de colegas, que são procurados informalmente e que se disponibilizam a ajudar em situações diversas, destacando a contribuição de docentes da Faculdade de Engenharia.

Durante a reunião, a direção da Proinfra afirmou que não há relação alguma da Proinfra com a Pró-Reitoria de Obras, Sustentabilidade e Sistemas de Informação, fato que seria importante visto que a consulta à Proinfra poderia evitar erros que posteriormente demandam mais manutenção.

O Pró-Reitor José Carlos concordou ainda a necessidade de transparência nas contas, afirmando "Um bom projeto sai de uma boa informação", disse. Disse considerar importante a necessidade de constituição de um setor de

infraestrutura em Governador Valadares: "estamos a uma distância de mais de 400 km e não conhecemos nenhum campus feito a esta distância", disse.

Ele conclamou aos dirigentes de unidades da UFJF que apontem suas necessidades: "Eu não vou achar ruim; é isso que eu quero; apontem o que tem na sua Unidade para eu saber o que tem que fazer

Sobre a manutenção do Jardim Botânico, a direção afirmou que a área é de 2 milhões de m<sup>2</sup> (já a da Universidade é de 1 milhão e meio de m<sup>2</sup>), e que a limpeza e a manutenção do jardim e do prédio da administração é de responsabilidade da Proinfra. E que é pesadíssima a manutenção da área de jardinagem.

Segundo o Pró-Reitor, a manutenção do Trenó da montanha, do teleférico, bem como do telescópio no Planetário é um problema que foi criado e que ainda não têm solução. Afirmou que, sobre o Planetário, há uma grande expectativa a respeito de qual será a atribuição da Proinfra. Sobre o funcionamento ideal da Pro Reitoria, apesar da predominância de profissionais terceirizados no quadro de funcionários, destacou-se que é dramático perder a força de trabalho permanente, pela dedicação que eles têm à Universidade.

18/09	23/09	28/09	29/09	29/09	30/09	30/09	02/10	05/10	08/10
DEBATE NO CAMPUS MURIAÉ DO IF SUDESTE MG	ASSEMBLEIA DOGENTE	"ABRE AS CONTAS REITOR" AUDIÊNCIA COM PRORH	ASSEMBLEIA DOGENTE	REUNIÃO DO CONSU	CLG SOLICITA ADIAMENTO DO PISM	AUDIÊNCIA COM REITOR DO IF SUDESTE MG	"ABRE AS CONTAS REITOR" AUDIÊNCIA COM PROGRAD	ATO PÚBLICO EM ESPAÇO ABERTO À ESPERA DO MINISTRO	ASSEMBLEIA DOGENTE



## Greve criou espaço de reivindicação e resistência no IF Sudeste MG

Durante a greve dos docentes federais, em 2015, foram realizados quatro debates no IF Sudeste MG, em Juiz de Fora, Muriaé, Santos Dumont e Rio Pomba, com a participação do reitor Paulo Rogério Araújo Guimarães. O reitor apresentou a situação do orçamento em 2015, enfatizando que os processos de cortes iniciaram em 2014, quando a União antecipou os prazos de prestação de contas, confiscando assim, todos os recursos que o Instituto Federal ainda possuía em caixa, no final de novembro de 2014.

Nos primeiros meses de 2015, havia rumores de cortes da ordem de 30% do orçamento e, posteriormente, efetivou-se o repasse de recursos na ordem de 1/18 (um dezoito avos) do orçamento de 2015. Em maio de 2015, o governo divulgou a extensão dos cortes tornando público os valores de 9,8 bilhões de cortes na educação; posteriormente, divulgou-se a restrição orçamentária em 90% de verbas de custeio e 46% de verbas de capital.

Para Paulo Rogério, as incertezas quanto aos valores e à extensão dos cortes marcou o primeiro momento de angústia dos gestores. O reitor reiterou o seu compromisso em buscar formas de distribuição justa dos recursos disponíveis para os campi do IF Sudeste MG, e disse:

“temos que ser solidários e pensar o IF Sudeste MG como um só organismo, no qual, o adoecimento de alguma parte coloca em risco a saúde do todo”.

Reconheceu a importância da greve, apesar de todo o prejuízo provocado, como um processo legítimo e de resistência frente ao governo, entretanto, observou o ajuste fiscal e sua necessidade nesse momento da história do país. Em relação ao orçamento de 2016, indicou o aumento de 10% no valor dos recursos para custeio, entretanto enfatizou que o Instituto Federal teve um crescimento em 12% do número de matrículas.

Em relação às obras, afirmou que, no que se refere ao Campus de Rio Pomba e Santos Dumont, serão terminadas e que os recursos para a Assistência Estudantil foram mantidos na sua integralidade. Informou também que o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) havia encaminhado ao MEC uma carta de apoio à greve dos docentes e técnicos administrativos em educação, reivindicando a importância da abertura das negociações.

Para o Comando Local de Greve da Apes, compreende-se que no IF Sudeste MG, em seus diversos campi, a greve dos

docentes federais constituiu-se como uma possibilidade de construção de espaços coletivos reivindicatórios e de resistência frente aos ataques e os cortes orçamentários do governo federal. É importante salientar que em quatro meses, de uma greve nacional, houve a ausência da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) nas negociações e um insuficiente posicionamento do CONIF, no período da greve frente ao governo e à PEC 395, que permite a cobrança de cursos nas instituições federais de ensino.

A educação profissional e tecnológica tem sofrido ameaças, tais como: o risco do custeio institucional oferecido pelo Sistema S, às contratações via Organizações Sociais e a PEC 395, como porta de entrada para a privatização do ensino público.

No cotidiano docente do IF Sudeste MG, as ameaças dizem respeito à extrema precarização das condições de trabalho nos campi, aos drásticos cortes orçamentários e a severa diminuição da assistência estudantil.

A greve nos posicionou pela defesa da educação federal pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, contra o desmonte das Instituições Federais de Ensino.

### Veja a pauta específica do IF Sudeste MG

- 1) Pagamentos dos retroativos da Retribuição por Titulação e dos retroativos do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).
- 2) Isonomia entre ativos e aposentados.
- 3) Revisão da ampliação do tempo na progressão da carreira, que anteriormente era de dezoito meses, e a partir da lei 12.772 o interstício passou a ser de vinte e quatro meses em cada nível.
- 4) Retirada das barreiras durante o estágio probatório, que impedem a mudança de regime e progressão na carreira.
- 5) Retirada imediata, por parte do MEC, da determinação contida no Ofício Circular 012 CGGP SAA SE MEC, de 29 de junho de 2015 que orienta desconsiderar o tempo de afastamento ou licença para estudo para fins de aposentadoria especial EBTT.
- 6) Condições de trabalho nos campi de Muriaé e Santos Dumont.
- 7) Garantia de pagamento de auxílio-transporte a todos os docentes que solicitarem.
- 8) Contra a elaboração de uma RAD ranqueadora, com barreiras na progressão e que retire a autonomia dos docentes.
- 9) Pagamento dos valores devidos aos professores que trabalharam nas bancas de avaliação dos processos de RSC.
- 10) Revisão e atualização dos valores pagos aos docentes em bancas e atividades da COPESE;
- 11) Amplo debate sobre questão orçamentária, na perspectiva de enfrentar os cortes e construir um orçamento participativo.
- 12) Garantia do pagamento das férias aos docentes afastados para licença qualificação.

### PARA ENTENDER

A expansão da rede de educação profissional e tecnológica, por meio dos Institutos Federais, representa uma nova política pública e entre as questões que afetam os Institutos

Federais, estão: 1) Pouca autonomia da gestão frente ao governo federal. 2) Precarização das condições de trabalho. 3) Falta de vagas docentes. 4) Falta de vagas para técnicos administrati-

vos em educação. 6) Dificuldades em garantir gestões democráticas e transparentes. 7) Persistência de situações de autoritarismo e assédio moral perpetrados contra docentes.



Debate realizado no anfiteatro do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG



# Caixa 2 e Laranja: Práticas e vícios que revelam confusão entorno da natureza jurídica das Fundações de Apoio

Procurador da República fala sobre Fundações de Apoio

O Procurador da República Marcelo Borges de Mattos Medina é formado em Direito pela UFJF, Mestre em Direito Público pela UERJ e autor do livro: *Constituição e realidade: a influência das transformações sociais na jurisdição constitucional*. Marcelo Medina atua como Procurador em Juiz de Fora desde 2012.

**APES: Qual a visão da Procuradoria da República em relação às Fundações de Apoio e, especificamente, a Fadepe?**

**Procurador:** O Ministério Público entende que a legislação prevê a existência e autoriza o funcionamento das Fundações de Apoio. O que se exige, é que, nas suas relações com as fundações de apoio, as Instituições Federais de Ensino se baseiem em projetos específicos, que resultem em produtos bem definidos, os quais possam importar melhorias mensuráveis na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Essas são as diretrizes ressaltadas pela legislação e que devem ser cumpridas. As fundações de apoio têm personalidade jurídica própria, distinta da das instituições apoiadas, e, como quaisquer outras fundações, são veladas pelo Ministério Público Estadual. Além disso, sujeitam-se, também, à fiscalização do Ministério Público Federal, na tutela do patrimônio público e da probidade administrativa. Apesar da legislação aplicável, a relação das Instituições Federais de Ensino com as Fundações de Apoio vem apresentando distorções há décadas, as quais

“É importante salientar que tais distorções revelam a confusão entorno da natureza jurídica das Fundações de Apoio, que não constituem órgãos das instituições apoiadas. Também na UFJF, por vezes, isso é esquecido, como no caso Resolução do Conselho Superior sobre os cursos de especialização”

têm sido apontadas pelos órgãos de fiscalização e controle. O Tribunal de Contas da União, por exemplo, firmou jurisprudência quanto a muitas dessas distorções, fixando diretrizes para o relacionamento entre as Fundações de Apoio e as instituições apoiadas. Esquemáticamente, da jurisprudência do TCU e da atuação dos demais órgãos de controle se pode extrair a tipologia das distorções daquele relacionamento, algumas das quais observadas, ao menos até recentemente, na relação entre a FADEPE e a UFJF. Trata-se, contudo, de distorções disseminadas pelo país. Por isso, não se cuida, nesta sede, de censura a qualquer fato, mas de crítica destinada ao aperfeiçoamento das referidas relações. É importante salientar que tais distorções revelam a confusão em torno da natureza

jurídica das Fundações de Apoio, que não constituem órgãos das instituições apoiadas. Também na UFJF, por vezes, isso é esquecido, como no caso Resolução do Conselho Superior sobre os cursos de especialização, que, em 2011, entendeu por outorgar competências à FADEPE, como se essa Fundação pertencesse à Universidade.

**APES: Quais são as principais distorções?**

**Procurador:** A primeira distorção se refere ao fato de as Fundações de Apoio serem utilizadas como pessoas jurídicas interpostas, como “laranjas”, na contratação de bens, obras e serviços. Trata-se da prática de uma Universidade transferir dinheiro para a Fundação respectiva, para a contratação de obras públicas, serviços de manutenção, aquisição de bens etc.. Essa prática foge dos parâmetros que regem as Fundações de Apoio, que devem seguir projetos específicos,

“Trata-se da prática de uma Universidade transferir dinheiro para a Fundação respectiva, para a contratação de obras públicas, serviços de manutenção, aquisição de bens etc... Essa prática foge dos parâmetros que regem as Fundações de Apoio”

com prazos definidos, tendo por objeto atividades que não se confundam com a rotina administrativa da instituição apoiada. Nessas hipóteses, a Universidade não se beneficia de qualquer expertise da Fundação, mas, simplesmente, toma por empréstimo as suas contas bancárias e a sua estrutura administrativa. Portanto, não se justifica a transferência de recursos públicos para que a Fundação celebre contratos que a própria Universidade poderia, por meios próprios, celebrar. No entanto, essa prática, recorrente, mostra-se conveniente para as Universidades e acaba por ser uma espécie de resposta, de “jeitinho”, em face de exigências de ordem financeira e orçamentária. Mas a consequência é a burla à exigência de contratação por meio de processos licitatórios, mesmo quando a Fundação de Apoio adota sistemas inspirados na lei de licitações. Mesmo presumindo lisura, tais práticas não são compatíveis com os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade administrativa, nem com a necessidade de

transparência na Administração. Como exemplos desse primeiro tipo de distorção, cito constatação da CGU a respeito da aquisição de equipamentos para laboratório da UFJF por meio da FADEPE, bem como a exploração do Centro de Convivência pela mencionada Fundação, mediante permissão onerosa de uso.

A segunda distorção é a utilização das Fundações de Apoio como intermediárias na contratação de mão de obra. Exemplos reiterados desse tipo de distorção são encontrados nos hospitais universitários, em que funcionários de Fundações de Apoio desempenham atividades próprias dos cargos Técnico-Administrativos em Educação. A

“A segunda distorção é a utilização das Fundações de Apoio como intermediárias na contratação de mão de obra. Exemplos reiterados desse tipo de distorção são encontrados nos hospitais universitários (...) Na UFJF, a alternativa que vem sendo viabilizada à prática em questão e a adesão à EBSERH”

justificativa apresentada para esse tipo de prática, muitas vezes, é a ausência de autorização para a realização de concursos públicos. É fato que as atividades dos hospitais universitários são sensíveis e, por isso, há certa tolerância dos órgãos de fiscalização. Na UFJF, a alternativa que vem sendo viabilizada à prática em questão e a adesão à EBSERH, também cercada de polêmicas. Mas, ao menos, evita-se a burla à exigência constitucional de concurso público, que é a consequência desse segundo tipo de distorção, o qual é uma variação do primeiro. Outros exemplos, no âmbito da UFJF: a contratação, por meio da FADEPE, de funcionários para a Farmácia Universitária e para a Editora Universitária. A terceira distorção é a utilização das Fundações de Apoio como operadoras de contabilidade paralela, de típico “caixa dois”

“A terceira distorção é a utilização das Fundações de Apoio como operadoras de contabilidade paralela, de típico ‘caixa dois’ das Universidades Federais”

das Universidades Federais. Essa prática revela-se pela movimentação e manutenção de recursos públicos no ambiente de contabilidade privada das Fundações de Apoio, em separado da contabilidade pública aplicável aos recursos que ingressam na conta única do Tesouro Nacional, com os seus mecanismos de transparência e controle. As Universidades, nesse contexto, na prática, passam a contar com dois caixas distintos, um deles operado pelas Fundações de Apoio. No âmbito da UFJF, a formação e a alimentação do caixa da FADEPE se dá por diferentes formas. Uma delas é a captação de recursos junto a parceiros externos, o que é lícito. Mas essas verbas devem ser mantidas na conta específica vinculada a cada convênio. E as sobras, pelo princípio da unidade de

“No caso da UFJF, outro exemplo de alimentação do caixa fundacional com recursos públicos era o do recolhimento da chamada taxa de registro de diploma diretamente em conta da FADEPE, sem que nem mesmo houvesse convênio que o justificasse.”

tesouraria, devem ser revertidas em proveito da conta única do Tesouro Nacional. Só que nem sempre isso acontece, ou nem sempre isso acontecia, no que diz respeito à integralidade dos valores. As Fundações de Apoio podem se ressarcir das despesas administrativas que suportam em cada convênio. É o caso das despesas com água, luz, telefone, aluguel etc.. Mas não podem auferir remuneração, ainda que sob a forma de taxa de administração ou similar. As despesas administrativas devem

ser demonstradas, comprovadas. Ocorre que, na UFJF, adotou-se a prática de se reservar para a FADEPE percentual linear fixo, de 15%, na maioria dos convênios celebrados entre as duas instituições, inclusive para a oferta de cursos de especialização. E o excedente, após o pagamento das despesas administrativas reais, permanecia com a FADEPE, como se fossem recursos próprios, de natureza privada. Não são. Os recursos captados pelas Fundações de Apoio no âmbito de convênios com as Universidades, ou mediante a exploração do patrimônio, ainda que imaterial, das Universidades, são recursos públicos e deveriam ser mantidos no ambiente da contabilidade pública. No caso da UFJF, outro exemplo de alimentação do caixa fundacional com recursos públicos era o do recolhimento da chamada taxa de registro de diploma diretamente em conta da FADEPE, sem que nem mesmo houvesse convênio que o justificasse. Os recursos públicos mantidos, como se fossem particulares, na contabilidade paralela das Fundações de Apoio é muitas vezes utilizado para contratações e aquisições do interesse das Universidades. O problema é que as contratações assim realizadas não são precedidas licitação, não há prestação de contas quanto à correção e a economicidade dos gastos. Não há controle nem transparência, o que, por si só, evidencia o risco da prática em questão, ainda que não se presuma má-fé da parte de quem quer que seja.

**APES: Como a Procuradoria atua em relação às Fundações de Apoio?**  
**Procurador:** O MPF atua em duas linhas.

Uma é a preventiva, que visa a superar as distorções comentadas, a mudar a cultura de que as Fundações de Apoio poderiam funcionar como órgãos das Universidades. A outra tem caráter repressivo, com a apuração de responsabilidades. O Seminário “A relação entre as Fundações de Apoio e as instituições apoiadas”, realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais e a FADEPE, em outubro deste ano, talvez seja marco do início de mudança na cultura universitária em relação à FADEPE, com o abandono progressivo

Os recursos públicos mantidos, como se fossem particulares, na contabilidade paralela das Fundações de Apoio é muitas vezes utilizado para contratações e aquisições do interesse das Universidades. O problema é que as contratações assim realizadas não são precedidas licitação

dessas “práticas deturpadas” ou “viciadas”. Outras iniciativas adotadas recentemente pela gestão da UFJF também apontam para essa mudança cultural, embora nem sempre sejam bem acolhidas. É clara a insatisfação ou a incompreensão quanto à necessidade de mudanças de práticas muito difundidas no relacionamento com as fundações de apoio que, nem por isso, são legais. Sobre a segunda linha de atuação, a da apuração de responsabilidades, pode-se dizer que temos investigações em andamento, ainda não concluídas. É preciso apurar eventual dolo, eventual má-fé, ou, conforme o caso, culpa, para que se configure a responsabilidade pessoal dos investigados.

## Comando Local de Mobilização se reúne com Pró Reitor de Extensão



No dia 09 de novembro, representantes do Comando Local de Mobilização estiveram reunidos em audiência com o Pró Reitor de Extensão da UFJF, Prof. Leonardo de Oliveira Carneiro, para, dentro da campanha nacional “abre as contas reitor”, estabelecer um diálogo sobre a situação da Pro Reitoria frente aos cortes orçamentários, entre outros assuntos. Em breve, o Comando vai disponibilizar um relatório completo da audiência na página da APES.